

A GEOGRAFIA E O ESTUDO DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

*Edir de Paiva BUENO¹
Odeibler S. GUIDUGLI²*

Resumo

Este texto visa demonstrar como a questão da segregação sócio-espacial, em seus aspectos recentes, tem sido tratada pelos geógrafos brasileiros ou não. Para tanto, inventariou-se um amplo referencial bibliográfico no qual, diferentes autores, abordando os aspectos urbanos, mostram diferentes grupos populacionais na perspectiva da segregação e de suas identidades territoriais. Estas identidades territoriais sejam nos espaços de lazer, nos da moradia, ou nos de trabalho, são mostradas como resultantes da influência direta dos aspectos econômicos e sociais que permeiam a sociedade urbana do final do século XX.

Palavras chaves: literatura, espaço urbano, segregação sócio-espacial.

Abstract

The Geography and the study of the socio-spatial segregation

This text seeks to demonstrate as the subject of the socio-spatial segregation, in your recent aspects, the Brazilian's geographers have treated it or not. For so much, a wide bibliographical referential was inventoried in which, different authors, approaching the urban aspects, they show different population groups in the perspective of the segregation and of your territorial identities. These territorial identities are in the leisure spaces, us of the home, or us of work, they are shown as resultants of the direct influence of the economical and social aspects that permeate the urban society of the end of the century XX.

Keys words: literature, urban space, socio-spatial segregation.

¹ Professor Mestre do Curso de Graduação em Geografia – Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão - GO. Av: Dr Lamartine Pinto de Avelar, 1120, Setor Universitário, Catalão – GO. Cep.: 75700-105. E-mail: Edir@innet.psi.br

² Professor Livre Docente do Curso de Graduação e Pós-graduação em Geografia – UNESP – Campus de Rio Claro – SP. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rua: 10, 2527. Rio Claro. SP. Cep.: 13500-230. E-mail: odeibler@rc.unesp.br

INTRODUÇÃO

Pensar o espaço urbano sempre nos faz reportar a inúmeros problemas de ordem ambiental e social. Dentre os primeiros, podem ser destacados a destruição da vegetação, a erosão e as diferentes formas de poluição da água, da terra e do ar. Os segundos surgem sob as mais diversas formas de violência, miséria, marginalização, fome, trânsito caótico, serviços públicos insuficientes ou inexistentes, desemprego, moradias precárias e a perda de identidade social e espacial das populações urbanas. Resumindo-se, verifica-se que ambos marcam, de forma crescente, os espaços urbanos como as principais áreas de concentração humana. Também ambos tem uma característica comum: apresentar-se de maneira crescente sob a forma de problemas e desafios.

Considerando-se estas várias disfunções, àquelas marcadas pelas deteriorização das relações sociais, pelas conseqüências que provocam, têm se tornados crescentemente visíveis. Por isto, os espaços urbanos estão caracterizados por um aumento da “marginalização / exclusão” de grupos e classes sociais.

Diferentes questões relativas às formas da vida social e privada de indivíduos e grupos de ocupação espacial têm sido objeto de inúmeros estudos nas diversas ciências. Tais estudos buscam identificar as variáveis determinantes desta não socialização, que se concretiza no espaço geográfico urbano como, por exemplo, na habitação e suas espacialidades geográficas. Para tanto, buscam demonstrar a existência, entre os habitantes urbanos, de uma separação social e espacial conforme determinados níveis de renda e, conseqüentemente, seus agrupamentos relativos.

Na medida em que se ampliam os espaços humanizados, através de diferentes formas de concentração demográfica e de estruturas arquitetônicas, aumentado assim o grau de complexidade nas relações sociais, maior tem sido a constatação de um fenômeno típico do meio urbano: a segregação sócio-espacial. Este fenômeno tem se avolumado significativamente em decorrência das constantes alterações nos valores sociais inerentes à vida urbana e nos diferentes níveis de qualidade de vida elaborados e moldados por estilos de vida os mais diferentes possíveis.

Assim, entender o cotidiano urbano e sua dinâmica implica na busca da compreensão de fatores e causas que levam às relações sociais assimétricas. É nesta espacialidade cotidiana de indivíduos e de grupos sociais, elaborados pelos que constroem/destroem a paisagem e a vida urbana, que é possível identificar-se as causas, as contradições e os resultados sócio-espaciais da segregação. É relevante destacar, na atualidade, que o significado do termo segregação sócio-espacial passa, necessariamente, pelo entendimento do que vem a ser o fenômeno urbano. Por sua vez, entender o urbano não é possível sem a compreensão das diferentes formas de segregação.

Na pesquisa bibliográfica que subsidiou a elaboração deste texto, o termo segregação foi considerado como denominador de diferentes formas de expulsão/ interação, relacionadas à vida social de indivíduos e grupos sociais, nos seus lugares de trabalho, lazer e de moradia. (BUENO, 2000)

A AVALIAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

Inicialmente, o contato com uma variedade de textos inerentes ao estudo das diferentes questões urbanas, possibilitou avaliar como o fenômeno da segregação

social e/ou espacial, em diferentes cidades do mundo, era estudado, bem como era apreendida em diferentes lugares e em diferentes momentos.

Desta maneira, foi possível verificar que estudos realizados, tanto no Brasil quanto no exterior, demonstravam que o espaço urbano era elaborado a partir de arranjos institucionais. Em parte pelo estado em suas diferentes instâncias (nacional, estadual, municipal) e, em parte, pelos agentes econômicos.

Além desta perspectiva tradicional, constatou-se também que parcelas, cada vez mais significativas dos habitantes urbanos, buscam uma alternativa para as normatizações impostas, visando disciplinar a ocupação e uso do solo urbano. Desta maneira um aspecto importante foi agregado nas análises.

Avaliação feita através da literatura mostrou que as normas e arranjos institucionais têm tido, principalmente, a finalidade implícita/explicita de possibilitar ao capital imobiliário apoderar-se de amplas parcelas do solo urbano, auferindo renda, criando áreas de especulação e de reserva de valor para futuros parcelamentos e, como consequência, gerando a delimitação dos espaços sociais. Com relação aos habitantes urbanos a realidade revela que eles são diferentemente atingidos pelas ações dos governos e agentes urbanos os quais, permitem/impedem que eles participem das escolhas de diferentes alternativas. Foi possível constatar as diferenças de suas reações, as quais estariam vinculadas as estruturas sociais e econômicas que possuem.

A geografia, apesar das controvérsias envolvendo suas dimensões ambientais e sociais vêm, crescentemente, considerando um amplo elenco de questões sociais. Desta maneira, para pesquisar sobre como a segregação social urbana era analisada em Geografia, privilegiou-se, inicialmente, textos nacionais cujos conteúdos eram voltados, prioritariamente, para a temática dos estudos que tratavam da reprodução dos espaços urbanos e das relações sociais neles construídas. Através deles, verificou-se que o tema, em sua forma específica, era discutido no meio acadêmico brasileiro de maneira ainda restrita, mas com evidências de um amplo processo de expansão. Porém, de uma maneira geral, não era dada, à esta temática, a necessária importância que o fenômeno já alcançava, o que podia ser constatado em outros campos do conhecimento como na Arquitetura/urbanismo e na Sociologia, por exemplo. Na maioria dos casos, o tema era tratado de forma difusa dentro da amplitude de assuntos abordados pela Geografia.

Para o desenvolvimento de uma pesquisa mais densa e detalhada, foi também necessário analisar publicações em outros idiomas. Para esta tarefa considerou-se o inglês e o espanhol. Constatou-se que, na bibliografia internacional, o panorama da temática era bastante diverso. Este procedimento permitiu que fosse possível avaliar o que havia sido produzido até o momento, sobre a segregação social em espaços urbanizados. Obras de referência como, por exemplo, o "Geo Abstract", séries "Human Geography", permitiram constatar na maioria dos textos analisados, que o tema da "segregação" enfatizava diferentes padrões das espacialidades sociais. Os textos identificados, quase que de forma exclusiva, diziam respeito a grupos étnicos, religiosos ou raciais. É evidente que este perfil temático resulta da problemática existente nas áreas estudadas, as quais diferem daquilo observado no Brasil.

Com esta mesma orientação, avaliou-se, via Internet, outra obra de referência, o *Population Index*, elaborado pela Universidade de Princeton no Estados Unidos. Através deste meio, foi possível constatar que na bibliografia internacional, entre 1980 e 1996, foram publicados 91 estudos que continham, especificamente, em seus títulos, a palavra "segregation" a qual tratava dos diferentes aspectos que o termo permitia identificar. Porém, deste total, a avaliação mais cuidadosa evidenciou que somente 17 estudos correspondiam às necessidades da pesquisa em desenvolvimento, por envolver a questão da distribuição sócio-espacial de populações urbanas.

Buscando identificar estudos mais recentes sobre esta temática, ampliou-se o inventário dos textos para verificar o que fora produzido sobre a temática nas principais universidades brasileiras. Foram realizadas consultas através de meios eletrônicos e deles, foram selecionados 125 textos de geógrafos e não geógrafos, que tratavam das mais diferentes questões urbanas em geral. Pode-se, inicialmente, identificar a existência de um total de seis Dissertações de Mestrado e duas Teses de Doutorado que tratavam de assuntos específicos inerentes à segregação sócio-espacial de grupos sociais no Brasil.

De uma maneira geral, na bibliografia utilizada pode-se verificar que uma considerável proporção dos estudos voltados às questões urbanas apresentava análises centradas na compreensão da crescente “marginalização /exclusão” de grupos sociais em diferentes cidades do mundo. Alguns destes estudos identificavam a existência de uma grande parcela das populações urbanizadas vivendo em condições de miséria absoluta.

Naqueles estudos envolvendo o processo de urbanização recente no Brasil, verificou-se ainda que, principalmente nas médias e grandes cidades, estavam ocorrendo novas formas de (re) elaboração dos espaços sociais. Regra geral, estes eram de cunho restritivo e tinham sido criados visando abrigar parcelas privilegiadas da população. Nestes casos ocorria uma auto-segregação imposta pela fuga dos contrastes sócio-econômicos, que caracterizavam cidades brasileiras.

A análise de questões sobre as formas de ocupação espacial e sobre a vida pública e privada de indivíduos e grupos sociais apareceu em inúmeros estudos dentro das mais diversas tendências ideológicas e filosóficas e, em diferentes áreas das ciências sociais. Esta constatação mostrou a relevância do tema em perspectiva de inter e de transdisciplinaridade registrados na bibliografia. Estes estudos possibilitaram perceber e caracterizar, de maneira diferenciada, as causas dos desníveis sociais que se apresentam na paisagem urbana em seus extremos. Por exemplo: riqueza x miséria, permitindo ainda identificar, em seus conteúdos, as possíveis variáveis desta (não) socialização, que se concretiza no espaço urbano.

Dentre os fenômenos resultantes desta (não) socialização urbana, buscava-se demonstrar a existência de uma separação social e espacial, determinada por níveis de renda e os seus agrupamentos relativos, mostrados, por exemplo, via espacialidade residencial. Pode-se perceber, então, que na medida em que se ampliam os espaços humanizados (na forma de concentrações demográficas urbanas e na ampliação dos espaços ocupados pelas formas arquitetônicas elaboradas pelo homem), é que ocorrem aumentos consideráveis no grau das complexidades das relações societárias. Como resultante deste processo à segregação, em suas diferentes variações, tem sido analisada como um fenômeno típico da dimensão que o urbano alcançou nos tempos recentes. É este processo de diferenciação social em curso, envolvendo diferentes indivíduos, grupos sociais e espaços correlatos, que tem sido caracterizado como sendo a segregação sócio-espacial nos contextos urbanos.

A literatura mostrou que se trata de um fenômeno que tem se avolumado significativamente em decorrência de constantes alterações nos valores sociais impostos por estilos de vida urbano, próprio das grandes metrópoles mundiais. Estas cidades são, paisagística e socialmente, marcadas por diferentes e contraditórias condições de qualidade de vida, principalmente, em função do nível e da forma de inserção dos distintos agrupamentos sociais na complexa tessitura das relações capitalistas encontradas no urbano.

Deste modo, os estilos metropolitanos de vida são, normalmente, caracterizados por comportamentos sociais e normas de conduta bem específicos, próprios de condições econômicas e sociais particulares. Estes grupos sociais específicos são, por exemplo, aqueles marcadamente caracterizados por diferentes faixas etárias, níveis

de renda, preferências sexuais, modos de se vestir, de se comunicar, etc. São estes estilos de vida que têm sido exportados pelo mundo afora, via, quase que exclusivamente, através dos meios de comunicação de massa. Suas difusões acabaram por influenciar e implantar os mesmos comportamentos exóticos, até mesmo em pequenas comunidades. Neste caso, os mais diferentes espaços urbanos, tanto o social quanto o geográfico, passaram a ser reelaborados e moldados cotidianamente, mostrando diferentes formas da absorção local deste conteúdo metropolitano, onde o tradicional e o moderno se encontram.

A partir deste referencial, tornou possível verificar, de forma empírica, vários aspectos observados na estrutura de uma cidade. Este fato, permitiu entender o fenômeno da segregação urbana como sendo uma associação de processos de separação, discriminação, apartamento, diferenciação, zoneamento e exclusão sócio-espaacial de indivíduos e grupos sociais no cotidiano da vida urbana. Assim, ao se realizar a pesquisa, verificou-se que o uso desta variedade de termos, que aparentemente possuem o mesmo significado, ocorria em função da existência de inúmeras preferências literárias que se tem dado para o fenômeno em questão. Neste estudo, o conceito foi usado para denominar a forma de expulsão/interação relacionada à vida social de indivíduos e grupos sociais com os espaços por eles elaborados, envolvendo seus lugares de trabalho, de lazer e de moradia.

Outro aspecto relevante da pesquisa foi considerar o significado que a palavra segregação tem na língua portuguesa e em que sentido atenderia às expectativas inicialmente existentes. Esta foi mais uma das dificuldades apontadas para a reflexão sobre o tema, pois, mesmo em dicionários conceituados da língua portuguesa, o termo não foi encontrado com a amplitude necessária para mostrar a importância do significado social que o fenômeno possui no mundo urbano contemporâneo. Além disto, mesmo em dicionários de Sociologia, geralmente o termo se referia ao tipo de segregação verificada em cidades americanas. Ou seja, segregação de grupos raciais marcadamente pela contraposição entre brancos e negros.

Para esta tarefa, consultou-se também o ensaio de etnologia brasileira elaborado por Baldus (1939). Embora seja uma obra antiga, continha um conceito que mais se aproximava das premissas propostas inicialmente, para a pesquisa. Nele o termo constava assim registrado:

A segregação é uma forma de dissociação que se realiza quando unidades similares, obedecendo ao mesmo impulso, se concentram, distanciando-se, ao mesmo tempo, de outras unidades consideradas diferentes ou divergentes. A segregação pode-se dar em qualquer uma das esferas culturais e sociais: ingleses no estrangeiro se segregam formando colônias, chinesas ou negras habitam bairros próprios em São Francisco ou Nova York, os ricos se retiram para bairros residenciais, etc. (BALDUS, 1939, p.202)

Consultou-se ainda outros dicionários para verificar o sentido literal dado para o termo. Neste sentido, no "Dictionary of Human Geography", publicado em 1996, constatou-se que o termo "segregation" tinha uma maior amplitude quanto aos seus elementos de definição. Assim,

the concept of segregation refers both to process of social differentiation and to the spatial patterns that result from such processes. According to Park and his followers, ethnic groups in American cities went through a series of stages from contact to competition to conflict and eventual assimilation. Most recently, geographers have begun to acknowledge the political role of housing and residential segregation in the constitution of specific forms of racism.

Em Antunes (1986, p. 81), encontrou-se o registro de que: "segregação é o ato de separar, de pôr a parte alguns elementos do grupo, e que este ato difere entre os homens e os animais." Segundo o autor, a segregação motivada por racismo é específica da espécie humana, pois os animais optam pelo abandono e não a destruição quando o grupo se encontra em perigo. Ao contrário, os seres humanos optam pela violência como ocorreu na segunda guerra mundial, quando milhões de pessoas foram mortas por questões raciais. Neste texto, pôde-se também verificar que o autor fez uma distinção de que racismo seria uma das manifestações da segregação. Mas admitiu também, que existem outras formas pelas quais ela se manifesta; como por exemplo, na forma cultural e econômica.

Dos elementos constitutivos deste universo de conceitos é relevante destacar especificidades. Assim é que Villaça (1998), embora não sendo geógrafo, recentemente fez um apanhado sobre os conceitos elaborados envolvendo o termo segregação, principalmente no que diz respeito àqueles que se referem a classes sociais, etnias e nacionalidades. Segundo ele, "[...] a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole". (VILLAÇA, 1988, p. 142) Desta maneira teríamos, majoritariamente, a concentração em determinados espaços urbanos, de pessoas pertencentes a uma dada classe social como, por exemplo, aqueles que pertencem à classe média e alta de uma grande cidade. Estas, na maioria das vezes, se concentram em bairros específicos ou, em condomínios fechados, nos quais a presença de integrantes de outras classes sociais, algumas até bastante opostas, também se faz presente nas proximidades.

Ainda quando da avaliação do conceito de segregação, Lojkine, citado por Villaça (1988, p.146), afirmou que: "[...] a segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez, é determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho".

Este conceito parte do pressuposto de que, na medida em que a cidade é dividida em centro e periferia, as classes de mais alta renda ficam com as terras mais caras e, as de mais baixa renda com as mais baratas. Porém, sua aplicação foi contestada em muitos casos, pois a concentração de grupos sociais pertencentes a diversos níveis de condição econômica pode, por sua vez, optar por residir na área periférica por motivações particulares. Isto tem se verificado, já há algum tempo, com mais intensidade nas grandes cidades americanas e, recentemente, na construção de condomínios exclusivos nas periferias de muitas cidades brasileiras.

Raro são os conceitos elaborados por geógrafos brasileiros sobre o tema. Um deles é o de Corrêa (1989, p. 61), que afirmou: "a segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais". Avaliando esta afirmativa, no cotidiano de uma cidade verifica-se que o sistema capitalista faz com que, de acordo com a condição social e o papel social desempenhado pelos ocupantes de um determinado espaço urbano, se configure em territorialidades representativas de grupos e classes sociais que aí se reproduzem. Como exemplo, poderíamos considerar em uma dada cidade a distribuição territorial da população envolvendo os que vendem e os que compram a força de trabalho.

Em Baitello Júnior (1994, p. 19), encontramos uma distinção filosófica que, de forma genérica, aponta o significado das palavras agregar e segregar. Segundo o autor, elas representam conceitos diametralmente opostos: "uma quer dizer acolher e a outra quer dizer separar, discriminar, marginalizar". Esta distinção pode ser usada para orientar e caracterizar as formas sobre como os agrupamentos sociais têm usado os termos, interna e externamente, para se diferenciarem, geográfica e socialmente, tanto no que diz respeito a lugar no espaço, quanto a sua representação. Isto equivaleria dizer que os iguais, segundo o nível sócio econômico, tenderiam a se

agregar e a se relacionar. Os diferentes seriam expulsos criando no meio urbano, espaços sociais e geográficos cujos significados estariam explícitos, objetiva e subjetivamente.

Aparentemente, a igualdade de comportamento social e a pouca diferenciação de renda de grupos internamente homogêneos contribuem, significativamente, para que ocorra, por um lado, à discriminação e a marginalização. Por outro, o acolhimento de indivíduos e grupos sociais, cujos estilos e níveis de qualidade de vida são iguais ou, claramente, diferentes. No mundo urbano, estes grupos societários são facilmente identificados através da representação material disposta na paisagem urbana. Desta maneira, transferindo o sentido literal que as palavras segregar e agregar, possuem para uma visão espacial, vinculada a configuração das cidades, pode-se afirmar que no meio urbano existem especificidades econômicas, políticas e sociais, que criam formas próprias de agregar e segregar pessoas e objetos, que estão representados na paisagem e na essência da vida urbana.

Como o já mencionado, para a busca da compreensão destas especificidades do fenômeno foi de fundamental importância o contato com um número razoável de bibliografias inerentes ao tema da segregação. Algumas tratavam da segregação social e/ou espacial nas mais diferentes cidades do mundo. Outras apresentavam a temática, especificamente, como ponto principal das análises feitas, outras ainda traziam-na como parte integrante de algum estudo sobre o espaço e a vida urbana e, também, como parte de explicações sobre os processos de interpretação da produção e da organização do espaço nas cidades capitalistas.

Assim, pode-se concluir que a questão da segregação tem envolvido diferentes aspectos ou dimensões. Sua identificação espacial quer como processo quer como produto impõe a necessidade de considerar as análises feitas por geógrafos e, é isto que se considera a seguir. Este levantamento permitiu verificar como a segregação social e espacial de indivíduos e grupos sociais tem sido analisada por diferentes geógrafos.

GEÓGRAFOS E SEGREGAÇÃO

A primeira constatação feita a partir da literatura analisada foi a de que, no Brasil e no exterior, as referências ao tema da segregação social e espacial em estudos de geógrafos são na sua grande maioria, constituídas por sub-partes de capítulos ou capítulos de livros, ou por artigos cujos objetivos principais abordam a (re) produção do espaço urbano.

Historicamente, na Geografia, a discussão teórica sobre a segregação, enquanto fenômeno sócio-espacial urbano, tem revelado alguma incompletude. Isto, porque a Geografia, através de seus especialistas, somente em períodos recentes é que passou a dar mais ênfase às análises das especificidades da dinâmica populacional interna nas grandes cidades do mundo. Regra geral as concentrações urbanas eram vistas pela ótica dos elementos materiais sem correlação específica com atributos sociais, econômicos ou políticos de suas populações.

Esta situação ocorreu porque, na maioria dos casos, os grandes textos clássicos elaborados pelos geógrafos sobre o urbano, apesar de apresentarem análises profundas sobre as disparidades sociais intra-urbanas, não dedicaram suas preocupações às especificidades sócio-espaciais produzidas. No caso, envolvendo a segregação resultante das diferenças sócio-econômicas e do cotidiano das pessoas e entre

este e os diferentes grupos sócio-espaciais urbanos. Portanto, poucas foram as reflexões feitas sobre o fenômeno que resultasse em uma formulação teórica que permitisse estudar esta questão urbana tão atual.

Desta forma pode-se verificar, na maioria dos textos geográficos pesquisados, que ocorreu uma preocupação muito grande com a forma de (re) elaboração de espaços em meios urbanizados. Isto se deu, principalmente, via análise das paisagens produzidas e modificadas cotidianamente pela população urbana. O mesmo não ocorreu em relação à essência dos movimentos sociais cotidianos e suas espacialidades, pois o concreto e o abstrato não se fundem e a subjetividade humana não aparece como importante nestes estudos. Apenas recentemente é que se tem dado mais atenção para estes aspectos sociais ligados ao cotidiano das cidades e para as pessoas que nelas habitam.

Sobre estas especificidades sociais urbanas, encontramos em Santos (1979), uma análise sobre a separação que acontece entre os moradores de uma dada cidade. Para o autor, isto ocorre em função do sistema econômico ser discriminatório. Para tanto, refere-se a este tipo de segregação como sendo:

[...] por um lado, uma forma disfarçada e, por outro, explícita de discriminação social imposta pela condição econômica a qualquer indivíduo no espaço urbano. Isto depende do contexto sócio-político, pois esta forma de distribuição da população urbana, - baseada em aspectos econômicos -, torna-se um fator importante para a separação existente entre os diferentes agrupamentos sociais que assumem, no espaço urbano, uma disposição bem definida. (SANTOS, 1979, p. 31)

Isto acontece espacialmente em função de que a distribuição de renda, num modelo de desenvolvimento que privilegia, cada vez mais, grupos restritos e exclui a maioria, não contribui para que um número, cada vez maior, de pessoas possa ter acesso aos bens materiais e serviços públicos e privados de qualidade que a vida urbana contemporânea exige e oferece.

Gonzales (1985), Corrêa (1987), Guidugli (1986), Costa (1988) e Davidovich (1989), entre outros, estudaram as novas espacialidades urbanas e a elaboração, manutenção e produção de espaços onde os diferentes grupos sociais se estabelecem. Demonstraram, que a separação espacial e social entre pobres e rico é historicamente construída, pois, na medida em que o espaço urbano vai sendo moldado, os seus atores vão assumindo, no palco montado no urbano, o seu lugar.

Cada vez mais, a periferização representa uma espacialização da sociedade de acordo com o tempo histórico em que a cidade está passando. Assim, no princípio, ocorreu o distanciamento da classe trabalhadora em direção as bordas do perímetro urbano. Atualmente, cada vez mais, indivíduos e grupos sociais, mais abastados financeiramente, procuram adquirir áreas com dimensões maiores a fim de construir suas residências. Mas elas, só estão disponíveis nos novos bairros originados dos loteamentos ocorridos neste período.

Esta periferização, para as populações mais pobres, constitui-se no bojo do modo de produção capitalista, no espaço de reprodução das classes subalternas, uma vez que a moradia é um bem muito caro e cuja constituição física demanda tempo e dinheiro. Portanto, não está disponível de forma imediata para quem tem poucos recursos e isto, resulta numa acentuada segregação sócio-espacial.

Desta maneira, a mesma estrutura urbana montada para segregar a classe trabalhadora nas periferias do espaço urbano, também é lugar de segregação dos abastados financeiramente, pois estes se encontram aquartelados em verdadeiras

fortalezas, cercados normalmente por altos muros e protegidos em suas casas por grades e dispositivos eletrônicos. Conseqüentemente, a auto-segregação, na forma de verdadeiras fortalezas vigiadas de todas as formas possíveis por parte dos que detêm recursos financeiros, demonstra uma contradição do sistema social criado pelo capitalismo no espaço urbano. Isto, porque, ao mesmo tempo em que se segrega, esta parcela da população necessita da prestação de serviços, das mais variadas atividades desempenhadas pelos mais pobres.

Paula (1993), estudou a relação existente entre população x qualidade de vida e a elaboração do espaço urbano e, Gouveia (1993), avaliou a influência que as Igrejas Pentecostais, possuem na formação sócio-política dos mais pobres. Estes estudos dão um bom exemplo sobre como ocorre a formação de espaços segregados, que extraem da organização e da estrutura urbana, facilidades que possibilitam a (re) produção do capital especulativo e do controle social. Desta forma, a ação destes grupos se dá em relação ao poder político, principalmente nos grupos sociais denominados de pobres urbanos, existentes em grande número nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Esta situação aparece principalmente, em relação à formação de movimentos reivindicatórios organizados por parte da população desassistida de serviços e equipamentos públicos e, que, por isto mesmo, se encontra segregada.

Analizando a nova forma de vida social, marcada pela aparência do ter e do ser e pelas relações sociais daí resultantes, Gomes (1990), Silva (1991), Spósito (1994), Carlos (1994), Souza (1994) e Costa (1998), afirmaram que esta forma de viver tem se tornada generalizada pelo mundo urbano, através de uma globalização cultural.

Para tanto, a dessimetria social e espacial marcada por extremos de riqueza x pobreza, ou estar empregado ou desempregado, representa a forma em que está se dando a inserção dos diferentes grupos sociais no mundo urbano em construção. Estes fatores, têm se tornado preponderante na formação de territórios urbanos onde grupos sociais específicos se identificam e criam identidades físicas e mentais.

Os fatores citados acima estão presentes, de forma acentuada, na vida cotidiana urbana onde tudo é transformado em mercadoria e a todos são expostos os produtos que ela dispõe. Porém, para se ocupar um lugar no espaço e se inserir em determinados grupos sociais, o indivíduo tem que ter mais do que simplesmente dinheiro, tem que ter identidade com algum dado específico seja ele a moda, a religião, os hábitos sociais, a tradição de família, etc.

Segundo projeção feita por muitos estudiosos, a intensificação da competição pela sobrevivência no espaço urbano levaria a uma guerra civil não declarada entre os que têm e os que não tem os meios de subsistência. A supressão da liberdade de ir e vir seria uma marca deste momento na cidade capitalista, onde o poder de grupos sociais específicos superaria a própria ação ordenadora do Estado.

O agravamento do desemprego, proporcionado pelo atual nível de desenvolvimento tecnológico, contribuiu significativamente para tornar as cidades, principalmente nos países pobres, onde as diferenças sócio-econômicas são acentuadas, em espaços cada vez mais difíceis de se viver. Portanto, faz-se necessário pensar alternativas dentro do sistema econômico em vigor ou buscar a implantação de outro, que contribua para tornar as grandes e médias cidades, principalmente nos países pobres, em espaços mais humanizados. O que se pode notar, é que a (des) estruturação social da atualidade não se concretiza apenas nas formas de exclusão/inserção de grupos sociais distintos mas, também nas formas de apropriação dos diferentes espaços urbanos.

Camacho (1993) e Costa (1998), analisaram o atual estágio de desagregação social e espacial nas grandes e médias cidades brasileiras em função do nível de

violência existente entre as populações urbanas. Para eles, o atual modelo de urbanização capitalista da humanidade está disseminado pelo espaço mundial como um todo. Há um novo estilo de vida exportado a partir das grandes metrópoles mundiais, através dos meios de comunicação de massa. Este estilo de vida novo tem criado um padrão geral de comportamento, usos e costumes. Assim, à primeira vista, a cada dia que passa, mais frágeis se tornam os laços que formavam a "argamassa" que soldava as famílias, comunidades e sociedades em prol de uma coletividade, que hoje são marcadas pela violência em suas diferentes nuances.

Podemos entender que, mesmo que se formem espacialidades sociais no cotidiano urbano, os movimentos diários da população passam pelo distanciamento em relação ao próximo. Porém, no caso da família tradicional, pode ser que tenha se esfacelado. Entretanto, ainda resistem formas de contato como aquelas praticadas nos fins de semana, nos feriados, em festas e nos momentos de doenças graves e na morte.

Neste contexto, as relações sociais passariam por uma imaterialidade. A participação popular estaria sendo cada vez mais restrita, a uma presença virtual em acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Nestes novos espaços em elaboração, a presença física do homem no espaço público urbano, historicamente lugar de relações mercantis, de comemorações e de contestações, seria substituído por uma virtualidade que não expressaria a opinião da grande maioria da população.

A penetração de um estilo de vida altamente marcado por clausuras espontâneas estaria a destruir os antigos tipos predominantes de contato social. Assim, estaria sendo criada uma sociedade voltada para interesses de um número cada vez mais restritos a certos grupos uma sociedade em que se procura o outro, se o outro tiver realmente algum interesse ou utilidade. O que se pode perceber e sentir é que todos são descartáveis perante o padrão social imposto pela sociedade capitalista de consumo.

Na Geografia americana, Massey; Denton (1987), analisaram a distribuição racial e residencial da população urbana. Para os autores, os fatores que mais contribuíram para a manutenção deste quadro foram: primeiro, mesmo ocorrendo mudanças intra-regionais e intra-urbanas dos negros, via mobilidade social, não fez com que ocorresse uma maior aproximação entre os diferentes grupos e seus status sócio-econômicos; segundo, as transformações políticas e econômicas recentes ocorridas na sociedade Americana tem tido um impacto marginal no comportamento de negros e brancos nas cidades americanas.

As preferências residenciais dos americanos e a segregação social e espacial resultante destas preferências em cidades de tamanho médio é considerada e, que o padrão de separação residencial envolve diferenças econômicas entre grupos raciais e étnicos que possuem perfis multifacetados para a sua explicação. Entre estes fatores estão as preferências na composição sociais, étnicas e econômicas dos vizinhos. Assim, segundo os autores, certas pessoas podem estar, ou preferir ser separadas de outras, pois existe a segregação pelo sexo, idade, renda, língua, religião, cor e preferências pessoais, bem como por um acidente histórico de localização sócio espacial.

Entre os Geógrafos europeus tem crescido a discussão que se faz atualmente, sobre a existência de uma "cidade dual", resultante de disparidades sócio-econômicas entre os mais pobres e os mais ricos.

Neste caso, temos Kempem (1994) e Danziger (1996), que em suas análises levantaram interrogações sobre como seria o futuro da vida social urbana. O que se pode perceber é que esta urbanização está marcada, cada dia mais, pela violência, através da formação de "ganges e guetos" dentro das mais diferentes escalas sociais caracterizadas por posições individuais e coletivas muito diferenciadas.

Esta não integração propositada ao modo de vida coletiva urbana, onde as relações sociais não são baseadas na solidariedade recíproca, tem trazido, como consequência, a formação de sociedades onde as leis e normas sociais são substituídas pela brutalização humana. Esta repulsão social e espacial, normalmente, tem sido imposta pela afronta dos que possuem níveis de vida muito superiores em relação a grande maioria, que pouco ou nada possui.

A preocupação com a concentração de renda, com a formação de extremos sociais de riqueza e miséria, tem levado um número considerável de estudiosos a analisar os impactos das atuais políticas econômicas, sobre as formações espaciais e sociais no futuro da humanidade. A tendência atual, verificada nas conjunturas urbanas, projeta uma vida social futura extremamente separada, onde a falta de oportunidade de trabalho e de perspectivas geraria um verdadeiro *"império do caos"*.

Recentemente, geógrafos da Europa, dos Estados Unidos e da Austrália, publicaram vários estudos sobre a segregação sócio-espacial. Dentre eles, destacam-se Andersen (1998); Kemper (1998), Andersson (1998), Petsimeris (1998) e Gaspar et al (1998), que centraram suas avaliações nas mudanças sócio-espaciais resultantes da reestruturação econômica e social verificada em muitas cidades nas últimas décadas. Para eles, os principais fatores que levaram a esta reestruturação social nos espaços urbanos pesquisados, se encontram ligados ao declínio nos empregos em atividades industriais; tamanho da participação da mulher no mercado de trabalho; crescimento do desemprego; crescimento no número de imigrantes; declínio no número relativo de pessoas por família e, por último; no crescimento do número de pessoas vivendo sozinhas em suas residências e aqueles relacionados ao "status" econômico, familiar e étnico. Neste sentido, buscaram verificar a validade teórica e a aplicabilidade do modelo de análises de áreas sociais na explicação de tais processos de modificação urbana que têm levado a diferentes níveis de segregação.

Finalmente, para efeito de ilustração a respeito do fenômeno da segregação sócio-espacial, em estudos efetuados por outros cientistas sociais na América Latina, como os urbanistas Rodriguez (1973) na cidade de Lima - capital do Peru, e Delgado (1990), na cidade do México, demonstraram que o processo de separação social e espacial verificado nestes espaços urbanos se dá a partir das diferenças na distribuição de renda. Segundo os autores, isto ocorre porque em muitos países, suas sociedades não reconhecem a moradia como uma necessidade essencial do homem e não a tem como um direito. Portanto, as cidades não devem apenas crescer indefinidamente, mas sim, ser meio para a transformação da questão da moradia em um direito de todas as classes sociais, que no seu dia-a-dia, lutam pela conquista de espaços no meio urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode notar nos artigos analisados, a preocupação recente dos estudiosos sobre a segregação e de suas variáveis determinantes, têm sido avaliado em diferentes áreas do mundo. No caso europeu, tem se orientado para verificar o impacto das migrações sobre a reestruturação da cidade e sobre as relações sociais com os nativos. Isto ocorre, principalmente, em relação à moradia, ao trabalho, a influência e a assimilação cultural, a manutenção e elevação do nível de qualidade de vida e o crescente aumento no nível de desigualdade social, entre tantas outras preocupações.

Também, neste caso, se pôde destacar os estudos que têm demonstrado os pontos positivos da segregação sócio espacial de grupos minoritários, como forma de

criar pontos de identificação na intrincada teia de relações sociais nos espaços urbanos. Constatou-se, igualmente, que após o fim do sistema socialista e o declínio das políticas públicas de bem-estar social de muitas democracias sociais européias, tem-se destacado a crescente preocupação com a reestruturação interna de cidades de muitos países, tanto espacial, quanto social.

No caso dos Estados Unidos a maioria dos textos publicados recentemente tem apontado para uma crescente preocupação com a imigração originada de países asiáticos e latino-americanos. Uma das questões sociais mais estudadas tem sido, portanto, o nível de segregação existente entre os brancos e os grupos minoritários, tais como: negros, hispânicos e asiáticos, residentes em áreas metropolitanas.

O que torna diferente os estudos recentes daqueles mais antigos, está no fato de que a segregação sócio-espacial hoje é abordada através de perspectivas teóricas mais realistas e não através de interpretações naturalistas e positivistas. Assim, se antes o fenômeno era visto como sendo um acontecimento natural, próprio do processo de urbanização do homem, na atualidade ele é discutido a partir da compreensão de que é originário do próprio sistema capitalista de produção e como opção de grupos sociais específicos.

A segregação social e espacial é uma realidade que se encontra estampada em qualquer cidade do mundo contemporâneo, isto, porque as relações sociais são dessimétricas. Também, porque a não identificação social e espacial das minorias é uma constante, principalmente, em função da não assimilação de normas de comportamento divergentes dos padrões sociais conservadores e do crescente aumento nos desníveis verificados na distribuição da riqueza onde, cada vez mais, poucos possuem muito e, muitos possuem pouco.

Como resultado, surgem diferentes formas de segregação sob a forma de contrapartidas, como, por exemplo: nos espaços públicos e privados; na educação e na saúde; na infra-estrutura de equipamentos e serviços públicos; na imposição de se morar perto ou longe do centro de uma cidade ou do local de trabalho; no estabelecimento de territórios por diferentes grupos sociais e de minorias no cotidiano das cidades.

Também, eles são diferentes dos estudos mais antigos, que não estabeleciam ligações entre a situação racial com a situação de classe dos grupos sociais estudados e aqueles estudos efetuados atualmente nesta mesma direção que buscam demonstrar que a segregação racial, econômica e cultural é uma realidade. Realidade que se concretiza na falta de oportunidade de trabalho, na busca de opção à mesmice comportamental e, na busca de uma melhor qualidade de vida. Isto, principalmente, por parte de indivíduos e grupos sociais que se tornam imigrantes devido a questões diversas, tanto em seus próprios países, quanto nos países que atualmente se encontram.

Um outro fato que chama a atenção na literatura avaliada é que a segregação racial é hoje pertinente a grupos minoritários não brancos. Neste caso estariam africanos, asiáticos e latino-americanos que, em tempos recentes, migraram para alguns países ricos localizados no hemisfério norte e deram origem ao que alguns autores chamam de "os novos bárbaros". Assim, desde o início do século XX, quando se iniciaram os estudos sobre a segregação de imigrantes brancos e negros em cidades americanas, até os dias atuais, em que estudos têm sido efetivados nestas mesmas cidades, foi possível constatar que ocorreu uma assimilação, de boa parte dos brancos europeus e de suas diferenças culturais por parte dos americanos natos.

O inverso disto agora está ocorrendo na Europa onde migrantes oriundos dos países mais pobres da região quando migram para cidades ou para países mais ricos, encontram serias dificuldades de adaptação e de assimilação. Isto é gerado por uma

intransigência e intolerância racista e econômica, efetuada por parte de setores ultraconservadores existentes na sociedade européia.

Desta forma, tanto no Brasil, quanto em muitos países, a intolerância social em relação a alguns grupos sociais minoritários tem se generalizado por muitos espaços urbanos. Em função disto, tem ocorrido ataques contra a vida e a instituições pertencentes a estes segmentos divergentes do grupo dominante, como no caso de minorias religiosas, dos gays e prostitutas, das crianças e adultos moradores de rua, das minorias étnicas, etc. Embora estas questões sociais também estejam presentes no cotidiano das grandes e médias cidades brasileiras, estas, não tem sido objeto de estudo por parte dos geógrafos brasileiros, pois não se constatou a existência de nenhum texto que mostre esta especificidade em seu conteúdo.

Assim, diferente de estudos mais antigos que buscavam entender porquê diversos grupos sociais não se integravam facilmente à vida de uma sociedade urbanizada, hoje se busca entender o crescente acirramento social provocado pela falta de oportunidade de trabalho e a constante elevação das diferenças nos níveis de qualidade de vida entre os ricos e pobres. Portanto, conceitos, teorias e métodos de investigação usados até recentemente no estudo do fenômeno, não mais conseguem explicá-lo em sua amplitude e totalidade. O crescente grau de complexidade existente atualmente na elaboração do espaço urbano e a intrincada teia de relações sociais neles vigentes fazem com que se intensifique o uso de conceitos inter, multi, pluri e transdisciplinares em seu estudo. É pois relevante considerar estas perspectivas se deseja uma forma de compreensão do fenômeno que gere oportunidades de busca de soluções.

Finalizando, como exemplo destas dificuldades apontadas para a compreensão atual do fenômeno, Caldeira, (1992) citado por Villaça (1988), afirmou que atualmente, ele está:

[...] a demonstrar a necessidade de refazer o mapa cognitivo da segregação social na cidade, atualizando as referências nos termos pelos quais são entendidas sua vida cotidiana e relações sociais. Argumentarei que a extensão das mudanças é tal que, a não ser que modifiquemos a maneira pela qual concebemos a encarnação da discriminação social na forma urbana, não poderemos compreender os atuais predicados da cidade. (VILLAÇA, 1988, p. 155)

Assim, avaliando o resultado da literatura pesquisada, o que se pôde verificar é que realmente a publicação de estudos sobre segregação sócio-espacial em cidades de tamanho médio no mundo inteiro é escassa. A concentração apenas nas cidades metropolitanas necessita ser superada no instante em que se percebe que toda a complexidade das grandes cidades é cada vez mais válida nas menores. Daí, o estudo ter importância para a compreensão do fenômeno em outras cidades, além daquelas citadas.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, H. T. Social Change and Segregation in Copenhagen. **GeoJournal**, v. 46, p. 7-16, 1998.
- ANDERSSON, R. Socio-spatial Dynamics: Ethnic Divisions of Mobility and Housing in post – Palme. Sweden. **Urban Studies**, v. 35, n 3, p. 397-428. 1998.

- ANTUNES, C. Conceituação de Segregação. In: ANTUNES, C. **Uma Aldeia em Perigo**: um ensaio sobre os grandes problemas geográficos do século XX. Petrópolis: Vozes, 1986. 248 p.
- BALDUS, H. **Ensaios de Etnologia Brasileira**. Ed. ilustrada. v. 101, 1939, 202 p. (Série Brasileira).
- CAMACHO, A. R. O Cotidiano, O Lugar e a Cidade. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3, AGB, **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 203-205, 1993.
- CARLOS, A. F. A. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp. 1994. 224 p.
- CORRÊA, R. L. Organização espacial. In: CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. 2ª ed. São Paulo: Ática. 1987. 93 p. (Coleção Princípios).
- _____. Segregação e as Áreas Sociais. In: CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 93 p. (Coleção Princípios).
- COSTA, M. C. L. **Cidade 2.000**: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza. 1988. 298 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
- COSTA, C. L. **A Construção do Lugar a partir do Espaço Programado**: o caso da Vila Teotônio Vilela em Catalão-Go. 1998, 119 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1998.
- DANZIGER, S. Comment on "the age of extremes": concentrated affluence and poverty in the twenty-first century. **Demography**, v. 33, n 4, p. 413-416, nov. 1996.
- DAVIDOICH, F. Tendências da Urbanização no Brasil: uma análise espacial. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n.1, p. 73-88, jan / mar. 1989.
- DELGADO, J. De los Anillos a la Segregación. La ciudad de México, 1950 - 1987. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 5, n 2, p. 237-274, May-Aug. 1990.
- BAITELLO JÚNIOR, N. A Sociedade da Informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n.4, p. 19-28, 1994.
- BUENO, E. de P. **A segregação sócio-espacial**: a (re) elaboração de espaços em Catalão - Go. 2000, Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.
- GASPAR, J. et al. Economic Restructuring, Social Re-composition and Recent Urban Changes in Portugal: **GeoJournal**, v. 46, p. 63-76, 1998,
- GOMES, H. **A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo**. São Paulo: Contexto. 1990. 151 p.
- GONZALES, S. F. N. As Formas Concretas da Segregação Residencial em Brasília. In: PAVIANI, A. (Org.) **Brasília, Ideologia e Realidade** / Espaço Urbano em Questão. Brasília: Projetos Editores Associados Ltda. 1985. 198 p.
- GOUVEIA, G. L. N. **A Cidadania dos Despossuídos**: Segregação e Pentecostalismo. 1993. 191 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- GUIDUGLI, O. S. Análise da Problemática Referente à Espacialização da População Urbana: aspectos da cidade de Rio Claro. **Revista de Geografia**. São Paulo, v. 2, p. 57-81, 1986.
- KEMPER, F. J. Residential Segregation and housing in Berlin: changes since unification. **GeoJournal**, v. 46, p. 17-28, 1998,

KEMPEM, E. T. V. The Dual City and the Poor: Social Polarization, Social Segregation and Life Chances. **Urban Studies**, v. 31, n. 7, p. 996-1012, 1994.

MASSEY, D.S.; DENTON, N. A. A. Trends in the Residential Segregation of Blacks, Hispanics, and Asian: 1970 – 1980. **American Sociological Review**, v. 52, p. 802–825, Dec. 1987

PAULA, J. C. M. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa-PR**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1993.

PETSIMERIS, P. Urban Decline and the New Social Ethnic Divisions in the Core Cities of the Italian Industrial Triangle. **Urban Studies**, v. 35, n 3, p. 449-465, 1998.

RODRIGUEZ, A. **Oferta de Vivienda y Terrenos en Lima Metropolitana 1940 – 1967. Segregación Residencial y Desmovilización Política: El caso de Lima**. 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Siap – Planteos, 1973.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979. 149 p.

SILVA, L. R. **A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

SOUZA, M. J. L. Urbanização e Desenvolvimento: rediscutindo o urbano e a urbanização como fatores e símbolos de desenvolvimento a luz da experiência brasileira recente. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.56 n.1-4, p. 225-291, jan./dez, 1994.

SPÓSITO, M. E. B. A Cidade e Seus Territórios. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 5, **Anais**. 1994, Curitiba (PR), Curitiba. UFPR. p. 175-179. 1994.

VILLAÇA, F. A Segregação Urbana. In: VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute. 1998. 297 p.

Recebido em fevereiro de 2003

Revisado em julho de 2003

Aceito em outubro de 2003